TERMO DE COMPROMISSO que celebram o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, com interveniência do Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais - CeMAIS, e o Conselho Integrado do Meio Ambiente (CIMA), em cumprimento do Termo de Compromisso celebrado com Maria Auxiliadora Moreira Barbosa, nos autos da Ação Civil Pública nº 5008741-15.2024.8.13.0470, objeto de acompanhamento do PA nº 37.16.0470.0295829.2025-77 e Termo de Compromisso celebrado com a Kinross Brasil Mineração S/A nos autos da Ação Civil Pública nº 0056483-78.2011.8.13.0470.

Aos 06 de janeiro de 2026, de um lado o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - MPMG**, por intermédio do(s) Promotor(es) de Justiça ao final assinado(s), doravante denominado **COMPROMITENTE**, com a interveniência do **CENTRO MINEIRO DE ALIANÇAS INTERSETORIAIS - CeMAIS**, doravante denominado **INTERVENIENTE**, o **CONSELHO INTEGRADO DO MEIO AMBIENTE (CIMA),** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 03.721.888/0001-40, com sede no Município de Patos de Minas/MG, na Rod. MGT-354, s/n, KM: 171, Distrito Industrial II, CEP: 38.706-731, representada neste ato, na forma de seu Estatuto Social, por seu Presidente Geraldo Nogueira Arcanjo, inscrito no CPF sob o [redacted], doravante denominado **COMPROMISSÁRIO I** e a **POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS (PMMG)**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 16.695.025/0001-97, com sede no Município de Belo Horizonte/MG, na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4.143, 6º Andar, Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP 31.630-900, representado neste ato por seu representante legal, Coronel PM Carlos Frederico Otoni Garcia, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO II**.

CONSIDERANDO *que, nos termos do art. 127, caput, da Constituição Federal, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;*

CONSIDERANDO *que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagrou o meio ambiente como direito fundamental, nos termos do seu art. 225, estabelecendo que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações";*

CONSIDERANDO *que o §3º do supracitado artigo 225, da Carta Magna, e o art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981 consagram, a nível constitucional e infraconstitucional, o princípio da reparação integral do dano, norma que atribui ao poluidor a obrigação de indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade, independentemente da existência de culpa;*

Clicksign 7e257a57-963d-4adb-8f43-713d66f4ac8e

CONSIDERANDO *que as ações civis coletivas e os instrumentos negociais de autocomposição em tutela coletiva constituem meios de atuação para a proteção e defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;*

CONSIDERANDO *o art. 11 da Lei nº 7.347/85 prioriza a tutela específica das obrigações de fazer, não fazer e dar, por ser a mais adequada para a garantia de direitos de natureza extrapatrimonial; contudo, quando não for possível a reconstituição ou reparação específica do dano decorrente de violação de direitos ou interesses difusos e coletivos, ou a obtenção do resultado prático equivalente, a compensação ou indenização pecuniárias são alternativas possíveis à adequada proteção dos direitos e interesses transindividuais;*

CONSIDERANDO *que, segundo a Resolução Conselho Nacional do Ministério Público nº 179, de 26 de julho de 2017, quando forem acordadas medidas compensatórias pecuniárias referentes a danos a interesses coletivos, também "é admissível a destinação dos referidos recursos a projetos de prevenção ou reparação de danos de bens jurídicos da mesma natureza, ao apoio a entidades cuja finalidade institucional inclua a proteção aos direitos ou interesses difusos, a depósito em contas judiciais ou, ainda, poderão receber destinação específica que tenha a mesma finalidade dos fundos previstos em lei ou esteja em conformidade com a natureza e a dimensão do dano" (art. 5º, §1º);*

CONSIDERANDO *o contido na Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 10, de 29 de maio de 2024, que regulamenta os procedimentos e as medidas para a destinação de bens e recursos decorrentes de decisões judiciais e instrumentos negociais de autocomposição em tutela coletiva, bem como sobre medidas de transparência, impessoalidade, fiscalização e prestação de contas;*

CONSIDERANDO *que, na esteira da supracitada Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 10, de 2024, art. 5º, incisos I e II, a decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 944 autoriza, de forma alternativa, a destinação de bens e recursos a instituições, entidades e órgãos públicos federais, estaduais, distritais ou municipais, que promovam direitos diretamente relacionados à natureza do dano causado ou às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos e previamente cadastradas, que realizem atividades ou projetos relacionados à natureza do dano causado;*

CONSIDERANDO *que a indicação justificada da forma mais adequada de reparação dos danos coletivos constitui atribuição dos membros do Ministério Público, no uso de suas atribuições de seus poderes-deveres de defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, como intérpretes qualificados constitucionalmente (art. 129, III, CF/88);*

CONSIDERANDO *que o Ato nº 2 da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, de 05 de junho de 2025, prevê a destinação direta de medidas compensatórias para o implemento de medidas correlacionadas com o direito coletivo violado e recomposto pela via autocompositiva, destinadas ao custeio de programas e de projetos de fiscalização, proteção e reparação de bens coletivos (art. 46, III, a);*

CONSIDERANDO *que a plataforma Semente é um sistema virtual destinado a operacionalizar o cadastro de projetos de relevância para o meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos e a sua contemplação pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), além de garantir o monitoramento de sua execução e a avaliação das respectivas prestações de contas;*

CONSIDERANDO *que os recursos destinados ao custeio direto de projetos são provenientes de medidas compensatórias ou indenizatórias, fixadas em termos de ajustamento de conduta e/ou em acordos judiciais celebrados pelo MPMG;*

CONSIDERANDO *que a plataforma dispõe de regras próprias, estabelecidas em atenção à legislação financeira federal e estadual, para execução dos projetos e sua respectiva prestação de contas, sendo pautada*

por medidas que visam garantir a transparência, impessoalidade, fiscalização e prestação de contas da efetiva aplicação dos recursos direcionados;

CONSIDERANDO *que os projetos submetidos por meio da plataforma Semente são avaliados, no âmbito técnico, jurídico e financeiro, por meio de critérios objetivos que garantam, dentre outros: i) o caráter de proteção e reparação do bem jurídico tutelado pela proposta; ii) a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da instituição proponente; iii) a regularidade e exequibilidade técnica e financeira da iniciativa;*

CONSIDERANDO *que a supracitada equipe acompanha integralmente a execução do projeto, apresentando, ao final, Parecer Técnico Conclusivo sobre a prestação de contas respectiva;*

CONSIDERANDO *que as informações sobre os projetos, ressalvados os dados pessoais sensíveis, são periodicamente atualizadas no sítio eletrônico da plataforma Semente, de modo que tanto os projetos em execução, quanto aqueles já finalizados têm seus relatórios de visita e de prestação de contas publicados em sistema virtual de amplo acesso ao público;*

CONSIDERANDO*, portanto, que, no âmbito da destinação de bens e recursos decorrentes de decisões judiciais e instrumentos negociais de autocomposição em tutela coletiva, a plataforma Semente atende às medidas estipuladas pela Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 10, de 2024 (especialmente transparência, impessoalidade, fiscalização e prestação de contas);*

CONSIDERANDO *que o* ***Termo de Compromisso celebrado com Maria Auxiliadora Moreira Barbosa, nos autos da Ação Civil Pública nº 5008741-15.2024.8.13.0470, objeto de acompanhamento do PA nº 37.16.0470.0295829.2025-77 e Termo de Compromisso celebrado com a Kinross Brasil Mineração S/A nos autos da Ação Civil Pública nº 0056483-78.2011.8.13.0470*** *preveem o custeio de projeto socioambiental, a ser indicado pelo Ministério Público;*

CONSIDERANDO, *ainda, que o art. 8º, da Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 10, de 2024, prevê que, na hipótese de destinação direta de bens e valores, deverá ser celebrado com a entidade beneficiária "****Termo de recebimento de bens ou valores em reparação a lesão ou danos coletivos****", no qual constem, obrigatoriamente, cláusulas que definam sobre o objeto e as condições específicas sobre a sua execução, avaliação e prestação de contas, dentre outros, (art.9º), instrumento ora denominado apenas por "****Termo de Compromisso****";*

CONSIDERANDO, *finalmente, que as obrigações atribuídas ao INTERVENIENTE neste Termo serão executadas pela* ***Equipe Multidisciplinar da plataforma Semente****, instituída em seu Regulamento;*

Celebram o presente **TERMO DE COMPROMISSO**, conforme as disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Termo o estabelecimento de condições específicas a serem observadas para fins de execução, avaliação e prestação de contas do projeto "**Fortalecimento logístico do Policiamento de Meio Ambiente em Paracatu-MG**", a ser custeado por medida compensatória ambiental estabelecida no **Termo de Compromisso celebrado com Maria Auxiliadora Moreira Barbosa, nos autos da Ação Civil Pública nº 5008741-15.2024.8.13.0470, objeto de acompanhamento do PA nº 37.16.0470.0295829.2025-77 e Termo de Compromisso celebrado com a Kinross Brasil Mineração S/A nos autos da Ação Civil Pública nº 0056483-78.2011.8.13.0470**.

Clicksign 7e257a57-963d-4adb-8f43-713d66f4ac8e

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS A RESPEITO DO PROJETO A SER EXECUTADO

2.1. O projeto a ser executado tem por objetivo "realizar policiamento ostensivo de meio ambiente, em relação ao atendimento de denúncias desmatamentos ilegais, incêndios florestais, pesca predatória, mineração, caça predatória não autorizada, atividades potencialmente poluidoras, intervenção em recursos hídricos, maus tratos a fauna doméstica e silvestre, além de realizar os trabalhos de educação ambiental e campanhas preventivas de educação ambiental e também a responsabilidade de atender prontamente às requisições emanadas pelo Ministério Público de Minas Gerais e Poder Judiciário Estadual e Federal. (...) Garantir e proporcionar melhores condições de trabalho para os militares do 3º Pelotão de Meio Ambiente em Paracatu/MG para possibilitar a melhor prestação do serviço público de policiamento ambiental e também gerar sensação de segurança nas zonas rurais dos municípios.". [sic]

2.2. O projeto será executado conforme plano de trabalho constante do Anexo I deste instrumento.

2.3. A partir da assinatura do presente Termo, COMPROMITENTE e COMPROMISSÁRIOS serão considerados **PARCEIROS DO PROJETO.**

2.4. É vedada ao COMPROMISSÁRIO I a apropriação privada dos bens e recursos do projeto, inclusive a título de taxa de administração, honorários ou verba similar, excetuados os valores previstos a título de custos indiretos, constantes da planilha financeira aprovada na plataforma.

2.5. O representante legal do COMPROMISSÁRIO I assume a responsabilidade de agir como fiel depositário dos bens e recursos recebidos, em razão do projeto, até a aprovação de sua prestação de contas final pelo COMPROMITENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES (PARCEIROS E INTERVENIENTE)

3.1. **Compete ao COMPROMITENTE:**

(a) Assegurar que, nos termos do **Termo de Compromisso celebrado com Maria Auxiliadora Moreira Barbosa, nos autos da Ação Civil Pública nº 5008741-15.2024.8.13.0470, objeto de acompanhamento do PA nº 37.16.0470.0295829.2025-77 e Termo de Compromisso celebrado com a Kinross Brasil Mineração S/A nos autos da Ação Civil Pública nº 0056483-78.2011.8.13.0470**, sejam repassados ao COMPROMISSÁRIO I todos os valores acordados para fins de custeio do projeto descrito na CLÁUSULA SEGUNDA;

(b) Assegurar esforços e providências cabíveis, dentro de sua esfera de atuação, para que sejam criadas condições favoráveis à implementação deste termo, bem como das ações e atividades a serem desenvolvidas pelo COMPROMISSÁRIO I;

(c) Acompanhar, fiscalizar e avaliar, com o suporte técnico da Equipe Multidisciplinar, as ações e atividades desenvolvidas e implementadas pelo COMPROMISSÁRIO I, recomendando, quando entender necessário, imediatas adequações;

(d) Aprovar, com o suporte técnico da Equipe Multidisciplinar, as prestações de contas parciais e a prestação de contas final previstas para o projeto;

Clicksign 7e257a57-963d-4adb-8f43-713d66f4ac8e

(e) Aprovar, quando necessário, eventuais alterações e adequações no objeto ou cronograma do projeto;

(f) Disponibilizar ao COMPROMISSÁRIO I os dados e informações necessários ao cumprimento dos objetivos pactuados, respeitadas as vedações legais e as estipulações deste Termo.

3.2. **Compete ao COMPROMISSÁRIO I:**

(a) Executar, integralmente, o projeto especificado na Cláusula Segunda, bem como prestar contas parciais e final, conforme definido na Cláusula Quarta e respeitadas as orientações repassadas pela Equipe Multidisciplinar;

(b) Implementar as ações e atividades previstas para o projeto com a utilização dos respectivos recursos humanos, materiais tecnológicos, científicos e didáticos, pelo tempo necessário à execução dos trabalhos, e respeitadas as disposições legais em vigor;

(c) Observar as orientações repassadas pela Equipe Multidisciplinar;

(d) Cumprir integralmente a legislação nacional e internacional, ratificadas ou não pelo estado brasileiro, que regem as atividades relativas à proteção ao meio ambiente e à defesa do direito transindividual referenciado pelo projeto, dentre outras;

(e) Elaborar, submeter, obter e apresentar ao COMPROMITENTE e à Equipe Multidisciplinar a aprovação de todas as licenças e autorizações eventualmente necessárias para execução do projeto, dentre outras;

(f) Fornecer ao COMPROMITENTE e à Equipe Multidisciplinar, quando solicitado e após obtenção das autorizações cabíveis, para utilização, sem qualquer custo ou despesa, fotos, imagens digitais, filmes, slides, vídeos, cartilhas, manuais e outros materiais de publicação, divulgação e promocionais;

(g) Encaminhar ao COMPROMITENTE, via Equipe Multidisciplinar, para avaliação e aprovação, as peças de divulgação do projeto com a aplicação da régua de logomarcas, previamente a sua divulgação, conforme estipulado na Cláusula Quinta;

(h) Apresentar o projeto, quando solicitado, em eventos promovidos pelo COMPROMITENTE;

(i) Apresentar, sempre que solicitado, a documentação atualizada relativa à sua habilitação jurídica e à comprovação de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, entre outros;

(j) Solicitar qualquer alteração que se fizer necessária no projeto, incluindo prazo de execução e alteração de atividades ou metas, por escrito e observado o prazo previsto na cláusula 11.2, à Equipe Multidisciplinar, sendo que, caso a alteração esteja fora do escopo previsto no projeto, deverá ser autorizado pelo COMPROMITENTE;

(k) Apresentar, nos projetos que incluam atividades próprias dessas áreas, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de profissional regularmente habilitado e dotado dos conhecimentos técnicos e científicos necessários para execução das atividades próprias das profissões de Engenheiro, Médico-veterinário e Arquiteto, nos termos das respectivas legislações que as regulamentam, para atuar como Responsável Técnico;

(l) Responsabilizar-se, de forma única e exclusiva, por quaisquer demandas judiciais, extrajudiciais, administrativas ou arbitrais que venham a ser propostas por terceiros em decorrência direta ou indireta da execução deste projeto.
(l.1) Garantir, com recursos próprios e não vinculados ao projeto, os custos de eventual condenação judicial ou execução, definitiva ou provisória, anteriores ou posteriores à celebração deste instrumento, a fim de evitar

constrições judiciais (bloqueio de contas bancárias, penhora de bens, dentre outros) que possam impedir o cumprimento das atividades propostas;
(l.2) Assegurar não ter participado de qualquer prática ou realizado qualquer ato contrário à Lei Anticorrupção Brasileira (Lei nº 12.846/2013) e todas as outras leis e normas com finalidade e efeito semelhantes, bem como não ser parte em processos criminais ou investigações em inquéritos civis públicos, em especial, àqueles relacionados à improbidade administrativa, contra a ordem tributária e econômica ou apuração de dano ambiental.
(m) Responsabilizar-se, de forma exclusiva, pelo pagamento dos encargos e tributos relativos a seu funcionamento e ao adimplemento das obrigações decorrentes da execução do projeto;

(n) Cumprir as regras constantes do **Manual de Monitoramento e Prestação de Contas** e do **Manual de Uso e Aplicação da Marca**, da plataforma Semente;

(o) Garantir que o depósito dos recursos do projeto ocorra em conta bancária própria e exclusiva e, em se tratando de ente público, de lançamento contábil em separado do ingresso do recurso e de seu dispêndio, de modo a identificar e tornar transparente a aplicação, vedada expressamente a confusão patrimonial entre os recursos decorrentes do projeto e aqueles provenientes de outras receitas da entidade privada ou do ente público;

(p) Realizar e comprovar a doação de bens eventualmente adquiridos para estruturação de instituições, entidades ou órgãos públicos, mediante observância do procedimento estabelecido em legislação para doação ao Poder Público;

(p.1) No Termo de Doação deverá constar que incumbe ao COMPROMISSÁRIO II a responsabilidade pela manutenção e fiscalização dos bens após o término do projeto.

> (p.1.1) Informar à equipe Multidisciplinar os dados de patrimonialização dos bens citados na alínea anterior.

3.3. **Compete ao COMPROMISSÁRIO II:**

(a) Assegurar esforços e providências cabíveis, dentro de sua esfera de atuação, para que sejam criadas condições favoráveis à implementação deste termo, bem como das ações e atividades a serem desenvolvidas pelo COMPROMISSÁRIO I;

(b) Implementar as ações e atividades de sua atribuição inerentes ao cumprimento das obrigações previstas na cláusula 3.2, alínea "p" deste Termo de Compromisso, com a utilização dos respectivos recursos humanos, materiais tecnológicos, científicos e didáticos, pelo tempo necessário à execução dos trabalhos, e respeitadas as disposições legais em vigor;

(c) Responsabilizar-se pela manutenção, operacionalização e fiscalização dos bens recebidos em doação;

(d) Observar as orientações repassadas pelo COMPROMITENTE e pelo INTERVENIENTE;

(e) Disponibilizar ao COMPROMISSÁRIO I os dados e informações necessários ao cumprimento dos objetivos pactuados, respeitadas as vedações legais e as estipulações deste Termo;

(f) Fornecer ao COMPROMITENTE e à Equipe Multidisciplinar, quando solicitado e após obtenção das autorizações cabíveis, para utilização, sem qualquer custo ou despesa, fotos, imagens digitais, filmes, slides, vídeos, cartilhas, manuais, CD-ROM e outros materiais de publicação, divulgação e promocionais;

Clicksign 7e257a57-963d-4adb-8f43-713d66f4ac8e

(g) Alinhar previamente, junto ao COMPROMISSÁRIO I, qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho.

3.4. **Compete ao INTERVENIENTE, por meio da Equipe Multidisciplinar:**

(a) Assegurar esforços e providências cabíveis, dentro de sua esfera de atribuições e competências, para que sejam criadas condições favoráveis à implementação deste termo, bem como das ações e atividades a serem desenvolvidas pelos COMPROMISSÁRIOS;

(b) Acompanhar, fiscalizar e avaliar as ações e atividades desenvolvidas e implementadas pelos COMPROMISSÁRIOS, recomendando, quando entender necessário e após prévia apresentação ao COMPROMITENTE, imediatas adequações;

(c) Fornecer o SUPORTE TÉCNICO necessário ao COMPROMITENTE para que ele possa cumprir as obrigações previstas na Cláusula Terceira, item 3.1, com segurança técnica e transparência;

(d) Sugerir, quando necessário, eventuais alterações e adequações no objeto ou cronograma do projeto, com vistas à obtenção de resultados mais eficientes, após aprovadas pelo COMPROMITENTE;

(e) Fornecer ao COMPROMISSÁRIO I as informações necessárias à correta execução do plano de trabalho previsto para o projeto, bem como para a elaboração das prestações de contas respectivas;

(f) Avaliar todas as prestações de contas do projeto e elaborar ***Relatórios de Monitoramento e Avaliação*** sobre as *prestações de contas parciais* e ***Parecer Técnico Conclusivo*** sobre a *prestação de contas final*, que serão entregues ao COMPROMITENTE para subsidiar a sua análise geral e sua decisão sobre o cumprimento regular do projeto;

(g) Informar ao COMPROMITENTE a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas estabelecidas para o projeto e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas, pelo COMPROMISSÁRIO I, para sanar os problemas eventualmente detectados;

(h) Disponibilizar integrantes para compor a Equipe Multidisciplinar que irá acompanhar, fiscalizar e avaliar os trabalhos desenvolvidos pelo COMPROMISSÁRIO I;

(i) Disponibilizar materiais necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

(j) Disponibilizar ao COMPROMISSÁRIO I o **Manual de Monitoramento e Prestação de Contas** e o **Manual de Uso e Aplicação da Marca**, da plataforma Semente.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

4.1. O COMPROMISSÁRIO I deverá apresentar as seguintes PRESTAÇÕES DE CONTAS do projeto:

(a) **Relatório Final:** prestação de contas final do projeto, referente ao período integral de sua execução, que deverá ser entregue em até 60 dias, contados do término da implementação do seu plano de trabalho.

4.1.1. Independentemente da periodicidade estipulada para apresentação oficial da prestação de contas prevista acima, o COMPROMISSÁRIO I deverá, obrigatoriamente, atualizar o extrato financeiro na plataforma Semente ao final do primeiro mês de execução do projeto.

Clicksign 7e257a57-963d-4adb-8f43-713d66f4ac8e

4.2. As prestações de contas apresentadas pelo COMPROMISSÁRIO I deverão conter elementos que permitam à Equipe Multidisciplinar avaliar o andamento e concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados de todo o período a que se refere cada uma delas.

4.3. A Equipe Multidisciplinar deverá, no ***Parecer Técnico Conclusivo*** sobre a *prestação de contas final,* evidenciar o cumprimento, pelo COMPROMISSÁRIO I, dentre outros, dos seguintes critérios de avaliação técnica:

(a) **Eficiência na execução**: se as metas e os resultados estabelecidos para o projeto foram atingidos com eficiência, levando-se em consideração os prazos disponíveis, metodologia, tecnologia aplicável, dentre outros;

(b) **Adequação de orçamento**: se os valores constantes dos orçamentos do projeto foram efetivamente utilizados para as finalidades previstas no plano de trabalho, bem como se há devolução de recursos a ser feita, nos termos da Cláusula Décima Terceira;

(c) **Observância da legislação nacional**: se as atividades e as metas estabelecidas para o projeto (incluindo as aquisições e os serviços) foram executadas em conformidade com a legislação nacional, principalmente a que rege a defesa do direito transindividual referenciado pelo projeto;

(d) **Capacidade técnica da equipe**: se a equipe do projeto atendeu aos requisitos mínimos de capacidade técnica exigidos para a sua execução.

4.4. Nos projetos que incluam atividades próprias das profissões de Engenheiro, Médico-veterinário e Arquiteto, nos termos das respectivas legislações que as regulamentam, o COMPROMISSÁRIO I assume integralmente a responsabilidade técnica pela execução do plano de trabalho.

4.4.1. Na hipótese prevista no item 4.4, fica afastada a responsabilidade da Equipe Multidisciplinar pela avaliação da viabilidade técnica da execução do projeto e da capacidade técnica e operacional dos COMPROMISSÁRIOS, de modo que, nas avaliações e no monitoramento, serão considerados exclusivamente a entrega final do objeto.

4.5. As prestações de contas estipuladas para o projeto são obrigatórias e, na ausência ou reprovação dessas, será possível a rescisão imediata deste instrumento, conforme avaliação pela Equipe Multidisciplinar, aprovada pelo COMPROMITENTE.

4.6. Nos termos do art. 14, da Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 10, de 29 de maio de 2024, as informações e prestações de contas do projeto serão disponibilizadas em sistema nacional online, de acesso público atualizado, amigável ao usuário e em formato livre, incluindo as seguintes informações:

(a) o número de registro do(s) processo(s) ou procedimento(s);

(b) a identificação do(s) infrator(es), os bens, recursos e o montante destinado;

(c) a identificação dos destinatários e beneficiários;

(d) a quantia efetivamente destinada e a sua aplicação;

(e) o detalhamento das atividades realizadas para o emprego efetivo do valor e os resultados obtidos; e

(f) a divulgação do plano de trabalho do projeto.

CLÁUSULA QUINTA – DO USO DAS MARCAS E DAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DO PROJETO

5.1. Os PARCEIROS convencionam que a utilização de suas respectivas marcas, representadas por seus títulos e logotipos, só poderá ser feita por cada um deles com a prévia e expressa autorização do outro, observado o

Clicksign 7e257a57-963d-4adb-8f43-713d66f4ac8e

disposto no §1º, do artigo 37 da Constituição Federal, respeitando-se, em qualquer hipótese, os procedimentos formais do MPMG e os respectivos manuais de utilização a serem disponibilizadas por cada parceiro.

5.2. Este Termo não autoriza qualquer um dos PARCEIROS a se expressar em nome do outro, seja oralmente ou por escrito.

5.3. O COMPROMISSÁRIO I deverá submeter à análise e validação da Equipe Multidisciplinar todas as atividades de comunicação eventualmente elaboradas para o projeto, previamente à sua divulgação.

5.4. A aplicação e uso de marcas nos formatos impresso, digital e audiovisual deverá seguir as normas do Guia de Aplicação de Logomarcas, disponibilizado pela Equipe Multidisciplinar, sendo que:

(a) as atividades de divulgação em veículos de comunicação (rádio, televisão, jornais, revistas, sites), por meio de mídia paga e tráfego pago, são terminantemente proibidas;

(b) as peças de divulgação com a aplicação da régua de logomarcas deverão ser previamente encaminhadas à aprovação da Equipe Multidisciplinar, a quem cabe autorizar/reprovar a produção e a veiculação, no prazo de 10 (dez) dias úteis;

(c) as atividades de distribuição de conteúdo e comunicação do projeto, em meios físicos e/ou digitais, que descumpram as normas do Manual de Uso e Aplicação da Marca estarão sujeitas à recusa pela Equipe Multidisciplinar e a determinação de nova produção, com recursos próprios do COMPROMISSÁRIO I.

5.5. O COMPROMITENTE se reserva no direito de desenvolver identidades visuais e de alterar o nome das iniciativas contempladas por meio da plataforma para fins de divulgação dos projetos e apresentação em prêmios e concursos de seu interesse.

CLÁUSULA SEXTA - DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

6.1. O COMPROMISSÁRIO I assume, perante o COMPROMITENTE e nos termos da legislação correlata, ser o legítimo detentor dos direitos de propriedade intelectual incidentes sobre o projeto e que todas as informações e documentos apresentados à plataforma Semente são autênticos e válidos, sendo de sua inteira responsabilidade a atualização e a veracidade das informações, sob as penas da lei.

6.2. Por este instrumento, o COMPROMISSÁRIO I licencia todo o conteúdo comunicacional relacionado ao projeto, incluindo o uso de nomes, marcas, imagens (iconografia), objetos de comunicação físicos (totens, placas, sinalização entre outros) e materiais de divulgação impressos e/ou digitais (incluindo todo o conteúdo audiovisual criado e relacionado ao projeto) para livre utilização do COMPROMITENTE.

6.3. A cessão a terceiros ou a divulgação dos resultados ou produtos obtidos em decorrência da execução deste Termo de Compromisso depende do consentimento prévio e expresso do COMPROMITENTE, observada a legislação em vigor, especialmente no que se refere à propriedade intelectual.

6.4. Caso resultem das atividades previstas no âmbito do projeto inventos, aperfeiçoamento ou inovações passíveis de obtenção de privilégios, nos termos da Legislação Brasileira ou das Convenções Internacionais de que o Brasil é signatário, ou também resultem em programas de computador, obra científica, literária, estudos, relatórios, vídeos e outros produtos intelectuais afins ao projeto e nele utilizados, os direitos decorrentes pertencerão aos PARCEIROS, em partes iguais.

6.5. Os parceiros se obrigam a recíprocas comunicações, caso cheguem aos resultados descritos acima, mantendo-se o sigilo necessário para a proteção de tal resultado.

Clicksign 7e257a57-963d-4adb-8f43-713d66f4ac8e

6.6. Havendo interesse dos PARCEIROS na obtenção de proteção ou na utilização e licenciamento dos direitos supracitados, seus custos, gestão, licenciamento, cessão, transferência ou uso livre serão regulados em termo de compromisso próprio, de acordo com a legislação vigente.

6.7. O MPMG, como instituição parceira, poderá inscrever o presente projeto, bem como as boas práticas dele decorrentes, em concursos ou prêmios que visem à disseminação do conhecimento técnico-científico, à promoção e a defesa dos direitos difusos e coletivos; ao estímulo da melhoria da atuação da Justiça Brasileira, dentre outros.

6.8. A responsabilidade pela observância dos direitos autorais e de propriedade intelectual é exclusiva do COMPROMISSÁRIO I, inexistindo solidariedade, tampouco subsidiariedade do COMPROMITENTE ou do INTERVENIENTE, de modo que, em caso de questionamento ou reivindicação fundada em violação aos direitos autorais ou de propriedade intelectual dos projetos, as ações serão imediatamente paralisadas e caberá ao Promotor de Justiça responsável adotar as providências adequadas, sendo-lhe permitido determinar o encerramento definitivo do projeto e a subsequente devolução imediata dos valores, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CLÁUSULA DE CONFIDENCIALIDADE E DA PROTEÇÃO GERAL DOS DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

7.1. É vedada a divulgação pelos COMPROMISSÁRIOS, a qualquer tempo e sob qualquer forma ou natureza, de dados e informações obtidos em virtude deste Termo, salvo se com o prévio e expresso consentimento do COMPROMITENTE.

7.2. A infração ao compromisso ora firmado estará caracterizada sempre que for observada a divulgação por qualquer meio, bem como o simples vazamento de informações confidenciais ou não relativas ao objeto do presente Termo.

7.3. Em toda a execução do projeto, é dever dos COMPROMISSÁRIOS observar e cumprir integralmente as regras estabelecidas pela Lei Federal n. 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), suas alterações e regulamentações.

7.4. Aos COMPROMISSÁRIOS é vedada a utilização de dados pessoais dos quais teve ciência em virtude da contemplação do projeto para finalidade distinta daquela do objeto deste Termo de Compromisso, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

7.5. Os COMPROMISSÁRIOS deverão adotar e manter medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais armazenados, processados ou transmitidos em decorrência da execução do projeto contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

7.6. Os COMPROMISSÁRIOS deverão comunicar imediatamente ao COMPROMITENTE, via Equipe Multidisciplinar, ao titular dos dados, e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao titular dos dados, em consonância com as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

7.7. Em observância ao disposto na Lei Federal n. 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), na Lei nº 13.019, de 31 de julho, de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil) e aos princípios da transparência e da publicidade, o COMPROMISSÁRIOS e seus representantes legais aceitam e

autorizam o acesso e a utilização, pela Equipe Multidisciplinar e pelo MPMG, de seus dados pessoais, tais como nome, número do RG e do CPF, endereço comercial e endereço eletrônico.

7.8. Em respeito à legislação nacional e aos princípios constitucionais, o COMPROMISSÁRIOS e seus representantes legais aceitam e autorizam que as informações e prestações de contas do projeto, contemplado via plataforma Semente, serão disponibilizadas em sistema nacional online, de acesso público atualizado, amigável ao usuário e em formato livre.

CLÁUSULA OITAVA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

8.1. O COMPROMISSÁRIO I designará os responsáveis pela gestão do projeto e pelo acompanhamento deste termo e o respectivo cumprimento de suas cláusulas, os quais responderão à Equipe Multidisciplinar e, se necessário, perante o Promotor de Justiça responsável.

8.2. A responsabilidade técnica pela execução do projeto é exclusiva do COMPROMISSÁRIO I cabendo à Equipe Multidisciplinar o acompanhamento e verificação do cumprimento das metas conforme meios de verificação anexados na prestação de contas parcial e/ou final.

8.3. A execução do projeto deverá ter início entre 15 (quinze) e 45 (quarenta e cinco) dias, contados:

da data do recebimento do recurso, em caso de pagamento integral, em parcela única;

da data da integralização do valor entendido como suficiente para o início das atividades, em caso de pagamento em parcelas diversas, cumpridos os requisitos do art. 96, do Regulamento da Plataforma Semente.

8.3.1. O COMPROMISSÁRIO I deverá comunicar à Equipe Multidisciplinar o recebimento de cada parcela depositada, no prazo de 5 (cinco) dias.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados pelo COMPROMISSÁRIO I nas atividades inerentes ao presente instrumento não sofrerão alterações em sua vinculação empregatícia e/ou funcional, a quem compete a responsabilidade exclusiva por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária decorrentes, inexistindo responsabilidade solidária ou subsidiária do COMPROMITENTE, tampouco do INTERVENIENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS VALORES

10.1. O Projeto especificado na CLÁUSULA SEGUNDA possui o valor global de R$ 539.714,29 (quinhentos e trinta e nove mil setecentos e quatorze reais e vinte e nove centavos), valor que será proveniente das seguintes parcelas:

R$ 74.955,15 (setenta e quatro mil novecentos e cinquenta e cinco reais e quinze centavos) oriundos do Termo de Compromisso celebrado com Maria Auxiliadora Moreira Barbosa, nos autos da Ação Civil Pública nº 5008741-15.2024.8.13.0470, objeto de acompanhamento do PA nº 37.16.0470.0295829.2025-77;

R$ 464.759,14 (quatrocentos e sessenta e quatro mil setecentos e cinquenta e nove reais e quatorze centavos) oriundos do Termo de Compromisso celebrado com a Kinross Brasil Mineração S/A nos autos da Ação Civil Pública nº 0056483-78.2011.8.13.0470.

Clicksign 7e257a57-963d-4adb-8f43-713d66f4ac8e

10.2. Os recursos oriundos deste Termo deverão ser movimentados em conta bancária aberta exclusivamente para o projeto, devendo o COMPROMISSÁRIO I mantê-los em aplicação de baixo risco, compatível com o valor do projeto, sendo que todos os seus rendimentos deverão, necessariamente, ser revertidos para a boa e fiel execução dos trabalhos.

10.3. Eventuais rendimentos da conta específica, apurados ao longo da execução do projeto, poderão ser utilizados nas rubricas previstas em sua planilha orçamentária, desde que expressamente solicitado pelo COMPROMISSÁRIO I à Equipe Multidisciplinar, sendo que, caso a destinação solicitada esteja fora do escopo previsto, deverá ser autorizado pelo COMPROMITENTE.

10.4. Ao COMPROMISSÁRIO I é proibido lançar, dentre as rubricas orçamentárias da planilha financeira, retiradas a título de distribuição de lucro.

10.5. É possível o remanejamento de valores constantes da planilha orçamentária, desde que expressamente solicitado pelo COMPROMISSÁRIO I à Equipe Multidisciplinar, sendo que, caso a destinação solicitada esteja fora do escopo previsto no projeto, deverá ser autorizado pelo COMPROMITENTE.

10.6. Eventuais valores remanescentes, assim como valores oriundos de rendimentos, poderão ser utilizados no projeto, por meio de solicitação prévia e formal, à Equipe Multidisciplinar, contendo proposta de metas, cronograma e planilha orçamentária, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da execução do projeto, sendo que, caso a destinação solicitada esteja fora do escopo previsto, deverá ser autorizado pelo COMPROMITENTE.

10.7. Em caso de reprovação da proposta realizada ou da não solicitação em tempo hábil, nos termos da cláusula 10.6, o COMPROMISSÁRIO I realizará a devolução de valores, conforme CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS MODIFICAÇÕES E DAS ADESÕES

11.1. Este TERMO poderá ser modificado a qualquer tempo, desde que com anuência expressa das PARTES, por meio de termo aditivo.

11.2. Eventuais alterações no planejamento e execução do PROJETO só poderão ocorrer mediante solicitação à Equipe Multidisciplinar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contados da data prevista para realização da atividade e, em casos específicos, após prévia autorização do COMPROMITENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA, DA RESILIÇÃO E DA RESCISÃO

12.1. Este Termo:

(a) Possui **VIGÊNCIA** por prazo indeterminado, a partir de sua assinatura, até que seja cumprido, integralmente, o plano de trabalho constante do Anexo I, bem como sejam apresentadas e aprovadas todas as prestações de contas parciais e final, previstas para o Projeto.

(b) Poderá ser **RESILIDO** pelo COMPROMISSÁRIO I, a qualquer tempo, mediante comunicação escrita ao COMPROMITENTE, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, assegurando-se, nesse caso, a continuidade das ações em desenvolvimento, hipótese em que a Equipe Multidisciplinar fará a apuração dos valores e bens a serem devolvidos.

(c) Poderá ser **RESCINDIDO** pelo COMPROMITENTE, com a devolução dos valores repassados, conforme apuração realizada pela Equipe Multidisciplinar, nas seguintes hipóteses:

1) no caso de descumprimento ou de atrasos injustificados de qualquer uma de suas cláusulas;

2) no caso de desvio de finalidade ou de aplicação indevida dos recursos estipulados para o projeto;

3) na falta de apresentação das prestações de contas previstas para o projeto ou em caso de sua rejeição pelo COMPROMITENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DEVOLUÇÃO DE VALORES E DE BENS

13.1. Deverão ser devolvidos, conforme determinação e nos moldes definidos pelo COMPROMITENTE, todo e qualquer valor que restar da prestação de contas final do projeto, incluindo as aplicações, observada a Cláusula Décima, item 10.7, bem como os valores apurados na forma da Cláusula Décima Segunda, item 12.1, alíneas (b) e (c).

13.2. Os bens eventualmente adquiridos com recursos do projeto deverão ser identificados e catalogados para fins de controle patrimonial, devendo ser utilizados exclusivamente nas atividades do projeto e, ao final, terão sua destinação definida pelo Promotor de Justiça responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1. Na ocorrência de rescisão deste Termo, prevista no no item 12.1, alínea (c), subitens 2 e 3, da Cláusula Décima Segunda, além da devolução dos valores apurados pela Equipe Multidisciplinar, o COMPROMISSÁRIO I ficará impedido de figurar como destinatário de bens ou recursos, decorrentes de decisões judiciais ou instrumentos autocompositivos em tutela coletiva, celebrados no âmbito do Estado de Minas Gerais.

14.2. O COMPROMISSÁRIO I assume a responsabilidade pela realização das atividades previstas no plano de trabalho e pela apresentação dos documentos que comprovem a aplicação dos bens e recursos recebidos para tais finalidades, sob pena de responsabilização cível, criminal e administrativa, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As obrigações aqui assumidas são consideradas como de relevante valor ambiental para todos os fins previstos em direito.

15.2. Este compromisso produzirá efeitos legais a partir de sua celebração.

15.3 O INTERVENIENTE executará as obrigações dispostas no presente termo pelo período correspondente à vigência do Projeto Semente - Fase X.

15.3.1 Em caso de encerramento do Projeto Semente - Fase X antes do término da execução do projeto descrito na Cláusula 2.2, o COMPROMITENTE indicará as providências a serem adotadas pelo COMPROMISSÁRIO I;

15.3.2. Em caso de prorrogação ou realização de novas fases do Projeto Semente executadas pelo mesmo INTERVENIENTE signatário deste termo, as obrigações serão mantidas pelo período correspondente à vigência do novo projeto.

Clicksign 7e257a57-963d-4adb-8f43-713d66f4ac8e

15.4. O foro competente para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Compromisso é o da Comarca de Paracatu.

15.5. Cumpridas as obrigações assumidas neste Termo, o **COMPROMITENTE** irá aprovar a *prestação de contas final* do projeto e poderá inseri-la nos autos do inquérito civil, para que o acompanhe quando da promoção de seu arquivamento e submissão à homologação do Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 9º, caput e §3º, da Lei Federal 7.347/1985 **ou** nos autos do Procedimento Administrativo específico instaurado para o acompanhamento do Termo de Acordo, conforme o caso.

15.6. Após o recebimento do recurso, o COMPROMISSÁRIO I receberá um e-mail contendo o *Manual de Monitoramento e Prestação de Contas* e o *Manual de Uso e Aplicação da Marca*, assim como outras informações relevantes para a execução do projeto, devendo ler atentamente todas as regras e aplicá-las em seu projeto.

15.7. O Regulamento da plataforma Semente é parte integrante deste Termo de Compromisso, independentemente de transcrição, de modo que os COMPROMISSÁRIOS expressamente declaram conhecer e anuir com a integralidade de seu conteúdo.

15.8. Os casos omissos serão definidos pelo Promotor de Justiça responsável.

Assim ajustados, as PARTES celebram este Instrumento, na presença de duas testemunhas.

Cidade, data da assinatura digital.

COMPROMITENTE:

Carolina Frare Lameirinha
Promotora de Justiça
Coordenadora Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos Rios Paracatu, Urucuia e Abaeté

Tais Rachel Alves
Promotor de Justiça
3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paracatu/MG

COMPROMISSÁRIO I:

Geraldo Nogueira Arcanjo
Presidente
Conselho Integrado do Meio Ambiente (CIMA)

COMPROMISSÁRIO II:

CARLOS FREDERICO OTONI GARCIA:02439185698
Assinado de forma digital por CARLOS FREDERICO OTONI GARCIA:02439185698
Dados: 2026.02.24 10:43:45 -03'00'

Coronel PM Carlos Frederico Otoni Garcia
Polícia Militar de Minas Gerais

INTERVENIENTE:

Aline Seoane Resende Paulino
Diretora Executiva do CeMAIS

Clicksign 7e257a57-963d-4adb-8f43-713d66f4ac8e

TESTEMUNHAS:

1) _____ 2)_____

Documento assinado eletronicamente por **CAROLINA FRARE LAMEIRINHA**, **COORDENADOR DE REGIAO**, em 13/01/2026, às 13:33, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por **TAIS RACHEL ALVES TRINDADE**, **COORDENADOR DE REGIAO**, em 13/01/2026, às 13:53, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica, informando o código verificador **9659324** e o código CRC **4CEFB3DE**.

RUA DIAS ADORNO, 367 8º ANDAR - Bairro SANTO AGOSTINHO - Belo Horizonte/ MG
CEP 30190100 - - www.mpmg.mp.br

Clicksign 7e257a57-963d-4adb-8f43-713d66f4ac8e

1. Nome

Fortalecimento logístico do Policiamento de Meio Ambiente em Paracatu-MG

2. Ementa

O fortalecimento logístico do Policiamento de meio ambiente visa garantir dignas condições de trabalho para os policiais militares integrantes do 3º Pelotão de Meio Ambiente em Paracatu/MG e possibilitar a melhor prestação de serviço público de qualidade, notadamente, no policiamento meio ambiente, bem como fomentar sensação de segurança na zona rural de Paracatu e nos demais municípios no setor de responsabilidade territorial do Pelotão. Tudo isso, dentro dos eixos de trabalhos do Batalhão de Polícia Militar de Meio Ambiente que são: "Instruir, Proteger e Preservar".

3. Área de atuação

Outros Direitos Difusos

4. Período de execução

3 meses

5. Municípios de execução

Vazante, Formoso, João Pinheiro, Brasilândia de Minas, Buritis, Paracatu, Guarda-Mor

6. Bacia Hidrográfica

Bacia dos Rios Paracatu e Urucuia

7. Público-alvo

Inicialmente aos policiais militares integrantes do 3º Pelotão de Meio Ambiente, que serão dotados de equipamentos tecnológicos e modernos para melhor desenvolver os serviços públicos nas atividades do Policiamento de Meio Ambiente. E em sequência, a população/moradores, em especial nos municípios de Paracatu/MG, João Pinheiro/ MG, Brasilândia de Minas/MG, Vazante/MG, Guarda Mor/MG, Buritis e Formoso/MG, que estima-se em 214.337 (duzentos e quatorze mil e trezentos e trinta e sete) habitantes. Os quais potencialmente são afetados pelos

impactos ambientais negativos causados pelos empreendimentos potencialmente poluidores e também afetados pela incidência criminal ambiental crescente, tanto nas zonas urbanas quanto nas zonas rurais.

8. Justificativa

SUPRIR a demanda/déficit logístico do 3º Pelotão PM de Meio Ambiente em Paracatu/MG, com a aquisição de 01 (uma) viatura caminhonete 4x4, 06 (seis) computadores, 04 (quatro) aparelhos de ar condicionado, 03 (três) reboques para barcos e 03 (três) Drones, para fortalecer o policiamento de meio ambiente nos municípios no setor de responsabilidade territorial do Pelotão. Com a finalidade de proteger e salvaguardar o Meio Ambiente Natural, Histórico Cultural e Urbanístico e consequentemente subsidiar a sensação de segurança, tanto nas zonas urbanas como principalmente nas zonas rurais dos municípios e por fim proporcionar condições dignas para os trabalhos dos policiais militares integrantes do Pelotão de Meio Ambiente.

9. Objetivo

Incumbidos de realizar policiamento ostensivo de meio ambiente, em relação ao atendimento de denúncias desmatamentos ilegais, incêndios florestais, pesca predatória, mineração, caça predatória não autorizada, atividades potencialmente poluidoras, intervenção em recursos hídricos, maus tratos a fauna doméstica e silvestre, além de realizar os trabalhos de educação ambiental e campanhas preventivas de educação ambiental e também a responsabilidade de atender prontamente às requisições emanadas pelo Ministério Público de Minas Gerais e Poder Judiciário Estadual e Federal. E sobretudo, devido ao 3º Pelotão de Meio Ambiente, no momento enfrentar dificuldades em relação a logística, em razão da falta de investimentos do Estado de Minas Gerais. O presente projeto tem como objetivo: GARANTIR e PROPORCIONAR melhores condições de trabalho para os militares do 3º Pelotão de Meio Ambiente em Paracatu/MG para possibilitar a melhor prestação do serviço público de policiamento ambiental e também gerar sensação de segurança nas zonas rurais dos municípios.

10. Plano de monitoramento

Indicadores de eficácia

Fase	Atividades	Meta	Meios de verificação
AQUISIÇÕES	Aquisição de bens para fortalecer as condições	Adquirir 01 (uma) caminhonete 4x4, 06	Notas fiscais e Relatórios fotográficos.

Fase	Atividades	Meta	Meios de verificação
	de trabalhos dos militares do 3º Pelotão de Meio Ambiente em Paracatu MG.	(seis) computadores, 04 (quatro) aparelhos de ar condicionados, 03 (três) reboques para barcos e 03 (Drones).	
CARACTERIZAÇÃO	Caracterização da caminhonete 4x4 nos padrões da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG).	Caracterizar 01 (uma) caminhonete 4x4 nos padrões da PMMG.	Notas Fiscais e Relatório fotográficos
DOAÇÕES	Doações dos bens ao 3º Pelotão de Meio Ambiente de Paracatu/MG.	Doar 01 (um) caminhonete 4x4, 06 (seis) computadores, 04 (quatro) aparelho de ar condicionados, 03 (três) reboques para barcos e 03 (três) Drones ao 3º Pelotão de Meio Ambiente de Paracatu/MG.	Termo de Doação assinados pelas parte. Publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais (DOE-MG).

Comentário	Anexo	Resposta do Proponente
Nenhum resultado encontrado		

11. Metodologia

Em Paracatu e demais cidades de responsabilidade do 3º Pelotão de Meio Ambiente possui uma alta demanda de atendimento de denúncias da SEMAD, DDUs, requisições do Ministério Público, do Poder Judiciário e, ainda, solicitações das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, além de fiscalizações rotineiras de combate à criminalidade e patrulhamento rotineiro em via terrestre e aquática. Além do policiamento preventivo realizado na zona rural da cidade. Frise-se que os deslocamentos terrestres diários quase sempre por locais de difícil acesso impõem-nos a utilização de veículos mais robustos, com tração 4X4, para uma melhor prestação de serviços à comunidade, preservação e sustentabilidade do meio ambiente. Busca-se, portanto, a aquisição de uma caminhonete 4x4 equipada, para

reforçar logisticamente o policiamento de Meio Ambiente em Paracatu/MG. Salientamos também que no pelotão de Meio Ambiente possui apenas um mini drone (aeronave remotamente pilotada RPA) Mine Mavic I, que possui em média apenas 15 minutos de autonomia com a bateria, encontrando-se ultrapassado em relação aos atuais aparelhos. No entanto, o drone facilita de sobremaneira a fiscalização de diversas agendas atendidas pelo policiamento de meio ambiente, principalmente por permitir visibilidade de áreas de difícil acesso, além do monitoramento em tempo real de infratores. Todavia, nos município de Vazante, João Pinheiro e Buritis, locais estes que detém grupos de Policiais militares de Meio Ambiente, setor de responsabilidade territorial do 3º Pelotão, não dispõe de Drones, embora possuir policiais militares habilitados para operar o referido aparelho, o qual se tornou de grande importância para as fiscalizações ambientais. E nesse sentido pretendemos com a mencionada proposta as aquisições de 03 (três) veículos aéreos não tripulados com asas rotativas contendo controle remoto (transmissor), câmera e software, tipo quadricóptero, acompanhado dos acessórios, conforme especificações técnicas do Comando de Aviação do Estado de Minas Gerais para atender as necessidades de Coordenação de Operações e levantamentos de informações espaciais para atuação dos militares do 3º Pelotão de Meio Ambiente, sendo um para Paracatu, 01 para João Pinheiro e 01 para Buritis. Sendo que os 03 (três) veículos aéreos não tripulados, além de dotar os referidos municípios, com citada tecnologia, permitirão auxiliar no mapeamento de Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação Ambiental, possibilitando visão panorâmica de cenários onde se registra atividades potencialmente poluidoras e mensuração de áreas de impacto ambiental, com consequente melhoria da qualidade dos atendimentos prestados. Que auxiliará ainda no monitoramento de represas e barramentos, monitoramento de rios durante o período de defeso e na prevenção criminal. E ainda, como complementação das necessidades do Pelotão de Meio Ambiente, as demais aquisições serão: 06 (seis) computadores, conjunto completo de alta performance, sendo 02 (dois) computadores para a sala de registros de boletins de ocorrências de da sede do 3º Pelotão em Paracatu, 02 (dois) para a sala de registro de boletins de ocorrência do 2º Grupamento de Meio Ambiente de João Pinheiro; e 02 (dois) para a sala de registro de boletins de ocorrência para o 3º Grupamento de Meio Ambiente de Vazante. Também às aquisições de 04 (quatro) aparelhos ar condicionados, sendo 02 (dois) ar condicionados de 18.000 btus para o auditório na sede do 3º Pelotão de Meio Ambiente em Paracatu, 01 (um) aparelho de ar condicionado 12.000 btus para a sala de registro de boletins de ocorrência do 2º Grupamento de Meio Ambiente de João Pinheiro; 01 (um) aparelho de ar condicionado 12.000 btus para a sala de registro de boletins de ocorrência do 3º Grupamento de Meio Ambiente de Vazante. E por derradeiro, as aquisições de 03 (três) reboque para barcos, 01 para a sede do Pelotão em Paracatu, 01 para o 2º Grupamento de Meio Ambiente em João Pinheiro e 01 para 3º Grupamento de Meio Ambiente de Vazante, os quais serão de suma importância para suprir as demandas anteriormente mencionadas, nos locais de

responsabilidade territorial de policiamento de meio ambiente do 3º Pelotão. Caracterização da viatura: BARRA DE SINALIZAÇÃO ACÚSTICA VISUAL em 12VCC montado sobre base em ABS reforçada com um perfil de alumínio extrudado, no formato de arco com altura máxima de 80mm, composto por unidades luminosas tipo: Diodos Emissores de Luzes (LEDs), montados em blocos ópticos, com no mínimo 12 módulos LED 1 WATT, distribuídos equitativamente por toda a extensão da barra, deforma a permitir total visualização, sem que haja pontos cegos de luminosidade. O sinalizador visual deverá ser controlado por controle central único, dotado de microprocessador ou micro controlador, O circuito eletrônico deverá gerenciar a corrente elétrica aplicada nos Leds através de PWM (Pulse Width Modulator), o PWM. Com uma unidade sonofletora da sirene eletrônica de 100 Watts instalada na parte inferior da base. Certificado nas normas S.A.E J575 (vibração, umidade, poeira, corrosão, deformação, cor, ciclo térmico) e S.A.E J595 (ensaios fotométricos); SISTEMA DE LUZES ESTROBOSCÓPICAS em LED para instalação na dianteira e traseira de veículos, disponível somente em 12 Vcc na cor branca. Composto por 02 pares de sinalizadores 12V, controlado através do controlador do sinalizador acústico visual e chicote padrão para instalação. PREDISPOSIÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE RÁDIO MÓVEL com antena móvel ¼ whip, cabo coaxial RG-58, conectores e cabo de alimentação. Equipamento de rastreamento veicular GPS – GPRS composto de 4 bandas (800-900-1800-1900 Mhz), com antena de rastreamento interna; com 03 entradas e 01 saída; capacidade de monitoramento de veículo, detecção de jamming. Chip de dados e hardware de monitoramento. Suporte para armas longas, fixado atrás dos bancos dianteiros. COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE DETIDOS adaptado ao espaço destinado ao compartimento de carga com capota e espaço para acondicionamento de objetos com aberturas laterais tipo ASA DE GAIVOTA, confeccionada em plástico reforçado de fibra de vidro (PRFV), afixada na caçamba original do veículo, com alinhamento externo na altura da cabine original do veículo. Portas traseiras em folha dupla na vertical, com sistema de travamento das portas. Fechadura na parte inferior da capota e vidro vigia na tampa traseira. Compartimento de cela confeccionado em estrutura tubular de aço. O restante do compartimento com revestimento total em chapa de aço lisa perfurada nas laterais e teto, com porta traseira independente de abertura, com sistema de travamento duplo externo (com duas trancas apropriadas para cadeado e com pino nas dobradiças ponteadas com solda, posicionado no lado esquerdo). Os revestimentos laterais do compartimento de detidos deverão ser em chapa de aço com acabamento e tratamento anticorrosivo, pintada na cor cinza ou preto fosco. Revestimento e proteção do assoalho da caçamba em alumínio xadrez, com dreno para escoamento de líquidos e calafetação em todo seu perímetro. Instalação de no mínimo 04 aletas em cada lateral da capota, para aumento da troca térmica no interior da caçamba. Sistema de ventilação/exaustão através de 02 exaustores instalados no teto do compartimento com grade de proteção interna e acionamento na cabine do motorista, tendo 9,5 w de potência cada

ventilador/exaustor e 0,013m2 de área livre da hélice para cada ventilador/exaustor. Luminária interna e independente com grades metálicas de proteção, no compartimento de transporte de detidos, com acionamento na cabine do motorista. Pintura externa da capota do compartimento de acordo com os padrões da indústria automotiva na cor do veículo original de fábrica. Estribos laterais; Para Choque de Impulsão (Quebra mato) sem bandeja para guincho e protetor de farol; Para Choque de Impulsão TRASEIRO Engate traseiro para reboque modelo bola, com capa removível.

12. Plano de comunicação

Material produzido	Finalidade	Quantidade

Comentário	Anexo	Resposta do Proponente

Nenhum resultado encontrado

13. Cronograma

Fases	Atividades	Periodo de execução (mês) 1	2	3
AQUISIÇÕES	Aquisição de bens para fortalecer as condições de trabalhos dos militares do 3º Pelotão de Meio Ambiente em Paracatu MG.	■	☐	☐
CARACTERIZAÇÃO	Caracterização da caminhonete 4x4 nos padrões da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG).	■	■	☐
DOAÇÕES	Doações dos bens ao 3º Pelotão de Meio Ambiente de Paracatu/MG.	■	■	■

Materiais produzidos	Periodo de execução (mês) 1	2	3

14. Equipe responsável pelo projeto

Quantidade	Cargo	Formação / Experiência	Carga horária semanal (horas)	Tipo de vínculo
1	Presidente do CIMA	Bacharel em Direito	5	Presidente da Entidade

Comentário	Anexo	Resposta do Proponente
Nenhum resultado encontrado		

15. Informações complementares

Elaborado por: Geraldo Nogueira Arcanjo Proponente: Conselho Integrado do Meio Ambiente (CIMA), NOME FANTASIA: CIMA, CNPJ:03.721.888/0001-40, CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE: 94.30-8-00 – Atividades de associações de defesa de direitos sociais. CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA: Associação Privada, ENDEREÇO: Rodovia MGC 354, km 171, Zona Rural – Patos de Minas/MG – CEP: 38.706-731 E-MAIL: conselhointegradocima@gmail.com SITUAÇÃO CADASTRAL: Ativa, DATA DE ABERTURA:11/11/2002, TELEFONE: (34) 9-99809-2708. Informações complementares da caracterização da caminhonete 4x4: GRAFISMO novo padrão em comemoração dos 250 anos da PMMG. LATARIA: material tinta pintura cores: Caqui Tiradentes PMMG PU 350 PPG; LATERAIS, materiais película adesiva, referencia oracali linha 651, cor black piano; ESCUDO TIRADENTES: material película adesiva com verniz sobre posto; cores azul amarelo e vermelho; PREFIXO e 190 material película adesiva, cor light Brown 061; FAIXAS SECCIONADAS: material película adesiva, cor verde; CAPO PARTE CENTRAL: material película adesiva, cor verde 061; LOGO TIPO: material película adesiva, cores Black piano; FAIXAS SECCIONADAS: material película adesiva, Black piano; TETO PREFIXO: material película adesiva, cor verde 061; TRASEIRA LOGO TIPO: material película adesiva, cores Black piano e vermelho 031; PREFIXO material película adesiva, cor light Brown 061; FAIXAS SECCIONADAS: material película adesiva, cor verde; BANDEIRA FIGURATIVA DE MINAS GERAIS: material película adesiva, cores vermelha e branco. FORRAÇÃO DE ASSOALHO E BANCOS do veículo em material lavável e impermeável na cor preta. O evento de solenidade de entrega dos bens (Itens do Projeto) Fortalecimento logístico do 3º Pelotão de Meio Ambiente de Paracatu/MG não haverá custos para o projeto, sendo de responsabilidade do proponente.

1. Despesas indiretas

Subtotal de despesas indiretas	
Estimativa de gastos mensais	**R$ 0,00**
Mês 1	**R$ 0,00**
Mês 2	**R$ 0,00**
Mês 3	**R$ 0,00**
Total	**R$ 0,00**
Contrapartida	**R$ 0,00**

2. Pessoal

Subtotal de pessoal	
Estimativa de gastos mensais	R$ 0,00
Mês 1	R$ 0,00
Mês 2	R$ 0,00
Mês 3	R$ 0,00
Total	R$ 0,00
Contrapartida	R$ 0,00

3. Encargos sociais

Subtotal de encargos sociais	
Estimativa de gastos mensais	**R$ 0,00**
Mês 1	**R$ 0,00**
Mês 2	**R$ 0,00**
Mês 3	**R$ 0,00**
Total	**R$ 0,00**
Contrapartida	**R$ 0,00**

4. Despesas gerais

Item necessário	Customização
Descrição	Customisação e Plotagem padrão da PMMG
Anexo	Ver
Quantidade	1
Estimativa de gastos mensais	R$ 21.047,66
Mês 1	R$ 21.047,66
Mês 2	R$ 21.047,66
Mês 3	R$ 21.047,66
Total	R$ 63.142,98
Contrapartida	R$ 0,00

Item necessário	Emplacamento dos veículos
Descrição	Taxas e despesas de emplacamentos
Anexo	Ver
Quantidade	4
Estimativa de gastos mensais	R$ 1.060,31

Mês 1	R$ 1.060,31
Mês 2	R$ 1.060,31
Mês 3	R$ 1.060,31
Total	R$ 3.180,93
Contrapartida	R$ 0,00

Item necessário	Serviços
Descrição	Serviços de instalação de ar condicionados
Anexo	Ver
Quantidade	4
Estimativa de gastos mensais	R$ 755,55
Mês 1	R$ 755,55
Mês 2	R$ 755,55
Mês 3	R$ 755,55
Total	R$ 2.266,65
Contrapartida	R$ 0,00

Subtotal de despesas gerais

Estimativa de gastos mensais	R$ 22.863,52
Mês 1	R$ 22.863,52
Mês 2	R$ 22.863,52
Mês 3	R$ 22.863,52
Total	R$ 68.590,56
Contrapartida	R$ 0,00

5. Eventos

Subtotal de eventos	
Estimativa de gastos mensais	R$ 0,00
Mês 1	R$ 0,00
Mês 2	R$ 0,00
Mês 3	R$ 0,00
Total	R$ 0,00
Contrapartida	R$ 0,00

6. Comunicação

Subtotal de comunicação	
Estimativa de gastos mensais	R$ 0,00
Mês 1	R$ 0,00
Mês 2	R$ 0,00
Mês 3	R$ 0,00
Total	R$ 0,00
Contrapartida	R$ 0,00

7. Impostos e tarifas

Item necessário	Impostos e tarifas
Descrição	Despesas bancárias
Anexo	Ver
Quantidade	1
Estimativa de gastos mensais	R$ 303,33
Mês 1	R$ 273,97
Mês 2	R$ 303,33
Mês 3	R$ 303,33
Total	R$ 880,63
Contrapartida	R$ 0,00

Subtotal de impostos e tarifas	
Estimativa de gastos mensais	**R$ 303,33**
Mês 1	**R$ 273,97**
Mês 2	**R$ 303,33**
Mês 3	**R$ 303,33**

Total	**R$ 880,63**
Contrapartida	**R$ 0,00**

8. Materiais e equipamentos

Item necessário	Veículo
Descrição	Caminhonete 4x4 Carroceria aberta – diesel
Anexo	Ver
Quantidade	1
Estimativa de gastos mensais	R$ 92.208,89
Mês 1	R$ 92.208,89
Mês 2	R$ 92.208,89
Mês 3	R$ 92.208,89
Total	R$ 276.626,67
Contrapartida	R$ 0,00

Item necessário	DRONES
Descrição	Drones thermal com 3 baterias
Anexo	Ver
Quantidade	3
Estimativa de gastos mensais	R$ 50.151,97

Mês 1	R$ 50.151,97
Mês 2	R$ 50.151,97
Mês 3	R$ 50.151,97
Total	R$ 150.455,91
Contrapartida	R$ 0,00

Item necessário	Aparelhos de Ar condicionados
Descrição	Ar condicionados
Anexo	Ver
Quantidade	4
Estimativa de gastos mensais	R$ 4.956,80
Mês 1	R$ 4.956,80
Mês 2	R$ 4.956,80
Mês 3	R$ 4.956,80
Total	R$ 14.870,40
Contrapartida	R$ 0,00

Item necessário	Veículo semi reboque

Descrição	Reboque para barcos
Anexo	Ver
Quantidade	3
Estimativa de gastos mensais	R$ 5.261,66
Mês 1	R$ 5.261,66
Mês 2	R$ 5.261,66
Mês 3	R$ 5.261,66
Total	R$ 15.784,98
Contrapartida	R$ 0,00

Item necessário	Computadores
Descrição	Computadores de alta performance para processamento de imagens e acesso às diversas plataformas e às informações com monitor.
Anexo	Ver
Quantidade	6
Estimativa de gastos mensais	R$ 4.168,38
Mês 1	R$ 4.168,38

Mês 2	R$ 4.168,38
Mês 3	R$ 4.168,38
Total	R$ 12.505,14
Contrapartida	R$ 0,00

Subtotal de materiais e equipamentos	
Estimativa de gastos mensais	**R$ 156.747,70**
Mês 1	**R$ 156.747,70**
Mês 2	**R$ 156.747,70**
Mês 3	**R$ 156.747,70**
Total	**R$ 470.243,10**
Contrapartida	**R$ 0,00**

9. PDO

Subtotal de PDO	
Estimativa de gastos mensais	R$ 0,00
Mês 1	R$ 0,00
Mês 2	R$ 0,00
Mês 3	R$ 0,00
Total	R$ 0,00
Contrapartida	R$ 0,00

Total de despesas

Mês 1	Mês 2	Mês 3	Total
R$ 179.885,19	R$ 179.914,55	R$ 179.914,55	**R$ 539.714,29**

1. Despesas indiretas	R$ 0,00	0.00%
2. Pessoal	R$ 0,00	0.00%
3. Encargos sociais	R$ 0,00	0.00%
4. Despesas gerais	R$ 68.590,56	12.71%
5. Eventos	R$ 0,00	0.00%
6. Comunicação	R$ 0,00	0.00%
7. Impostos e tarifas	R$ 880,63	0.16%
8. Materiais e equipamentos	R$ 470.243,10	87.13%
9. PDO	R$ 0,00	0.00%
Total	**R$ 539.714,29**	100%

Gasto total por área



tc - fortalecimento logistico do policiamento de meio ambiente em paracatu-mg.pdf

Documento número #7e257a57-963d-4adb-8f43-713d66f4ac8e

Hash do documento original (SHA256): 99e5f6e5c05ebbc7a625b669aa88fe24a6de086b5ab7bf73f521042559c10003

Assinaturas

Geraldo Nogueira Arcanjo

[redacted]

Assinou como parte em 06 mar 2026 às 13:38:46

Anna Beatriz Abreu Otoni

[redacted]

Assinou como testemunha em 06 mar 2026 às 13:57:49



Anna Beatriz Abreu Otoni

Aline Seoane Resende Paulino

[redacted]

Assinou como interveniente em 06 mar 2026 às 10:35:36



Aline Seoane Resende Paulino

Log

05 mar 2026, 09:11:31	Operador com email jessica.lobo@cemais.org.br na Conta 18c560ef-eeed-4562-8961-1279d9ec38bc criou este documento número 7e257a57-963d-4adb-8f43-713d66f4ac8e. Data limite para assinatura do documento: 04 de abril de 2026 (09:11). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
05 mar 2026, 09:12:55	Operador com email jessica.lobo@cemais.org.br na Conta 18c560ef-eeed-4562-8961-1279d9ec38bc alterou o processo de assinatura. Data limite para assinatura do documento: 26 de abril de 2026 (14:34).
05 mar 2026, 09:12:55	Operador com email jessica.lobo@cemais.org.br na Conta 18c560ef-eeed-4562-8961-1279d9ec38bc adicionou à Lista de Assinatura: conselhointegradocima@gmail.com para assinar como parte, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Foto de documento oficial. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Geraldo Nogueira Arcanjo.

05 mar 2026, 09:12:55	Operador com email jessica.lobo@cemais.org.br na Conta 18c560ef-eeed-4562-8961-1279d9ec38bc adicionou à Lista de Assinatura: anna.otoni@cemais.org.br para assinar como testemunha, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Anna Beatriz Abreu Otoni e [redacted]
05 mar 2026, 09:12:55	Operador com email jessica.lobo@cemais.org.br na Conta 18c560ef-eeed-4562-8961-1279d9ec38bc adicionou à Lista de Assinatura: aline.resende@cemais.org.br para assinar como interveniente, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Aline Seoane Resende Paulino e [redacted].
06 mar 2026, 10:35:36	Aline Seoane Resende Paulino assinou como interveniente. Pontos de autenticação: Token via E-mail aline.resende@cemais.org.br. [redacted]. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo cb551c(...), vide anexo blob. IP: 187.72.146.209. Componente de assinatura versão 1.1397.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
06 mar 2026, 13:38:46	Geraldo Nogueira Arcanjo assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail conselhointegradocima@gmail.com. [redacted]. Documento oficial identificado pela aplicação da Combate à Fraude (CAF). IP: 138.0.64.142. Componente de assinatura versão 1.1397.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
06 mar 2026, 13:57:49	Anna Beatriz Abreu Otoni assinou como testemunha. Pontos de autenticação: Token via E-mail anna.otoni@cemais.org.br. [redacted]. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 72de62(...), vide anexo manuscript_24 out 2025, 13-52-32.png. IP: 187.72.146.209. Componente de assinatura versão 1.1397.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
06 mar 2026, 13:57:52	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 7e257a57-963d-4adb-8f43-713d66f4ac8e.

ICP Brasil

Documento assinado com validade jurídica.
Para conferir a validade, acesse https://www.clicksign.com/validador e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 7e257a57-963d-4adb-8f43-713d66f4ac8e, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

Anexos

Geraldo Nogueira Arcanjo

Assinou o documento enquanto parte em 06 mar 2026 às 13:38:46

DOCUMENTO OFICIAL



Anna Beatriz Abreu Otoni

Assinou o documento enquanto testemunha em 06 mar 2026 às 13:57:49

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 72de62(...)



Anna Beatriz Abreu Otoni
manuscript_24 out 2025, 13-52-32.png

Aline Seoane Resende Paulino

Assinou o documento enquanto interveniente em 06 mar 2026 às 10:35:36

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo cb551c(...)



Aline Seoane Resende Paulino
blob